



PARECER DO CONTROLE INTERNO
Nº 131/2025-CI

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da **RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM**, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno **DECLARA**, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do Processo Nº **00001.20250818/0002-42**, referente ao Procedimento Licitatório Nº **030/2025IN/PMR**, que tem por objeto **LOCAÇÃO DE ESTANDE INSTITUCIONAL NO PAVILHÃO DA 30ª CONFERENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDAÇAS CLIMATICAS – COP30, QUE OCORRERÁ NO PERIODO DE 17 A 21 DE NOVEMBRO DE 2025, NO CENTRO DE CONVEÇÕES CENTENARIO DA ASSEMBLEIA DE DEUS, EM BELÉM**. No valor global de **R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)** e o contrato Nº **202509080001**, no valor citado acima originário do Procedimento Licitatório já identificado, que tem o objeto citado acima, celebrado pela **CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE RURÓPOLIS-PA**, com o **CONTRATADO PARÁ 2000**, no valor já identificado acima, com base nas regras insculpidas pela **Lei nº14.133/21** e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Licitatório, o Contrato encontram - se:

(x) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, Publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a (s) seguinte (s) ressalva (s):

() Com irregularidade (s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade (s) enumerada (s) a seguir :

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e o Contrato/Termo Aditivo ou documento hábil substitutivo, supramencionados encontram- se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e por fim, **DECLARA** estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Rurópolis-(PA), 09 de Setembro de 2025.

Antônio Raimundo Pereira Lima
Coordenador do Controle Interno
Decreto 010/2025